

*História e biografia: as
escolhas de João Goulart*



HISTÓRIA E BIOGRAFIA: AS ESCOLHAS DE JOÃO GOULART

RESUMO

O artigo tem por objetivo discutir, em termos metodológicos, o trabalho biográfico realizado atualmente por historiadores. A questão central incide nas relações entre indivíduo e coletividade, entre biografia e história. Sobretudo, o artigo propõe uma reflexão sobre decisões individuais capazes de influenciar o rumo dos acontecimentos. O exemplo tomado é a escolha realizada pelo ex-presidente João Goulart, nos primeiros meses de 1964, entre dispor do apoio político da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, proposta por San Tiago Dantas, e a Frente de Mobilização Popular, liderada por Leonel Brizola, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro. A decisão tomada pelo presidente por um dos grupos políticos foi decisiva para a tomada de ações de diversos atores sociais.

PALAVRAS-CHAVE

História e biografia. Indivíduo e História. João Goulart. Crise política de 1964

O trabalho biográfico causa estranheza ao historiador. Em geral, trabalhamos com atores coletivos, a exemplo do movimento sindical, de um partido político ou um grupo de intelectuais. Em nossas pesquisas encontramos trabalhadores, em assembléia, tomando a decisão de deflagrar uma greve ou de negociar com os patrões. Podemos nos deparar, também, com a cúpula dirigente do partido político decidindo se lançará candidatos nas eleições presidenciais ou se apoiará o candidato de outra agremiação. Em resumo, são atores coletivos tomando decisões, fazendo escolhas, implementando projetos.

Por vezes, historiadores trabalham com indivíduos que, no passado, tomaram decisões. Mas tais escolhas, embora individuais, expressavam valores, idéias e crenças da coletividade ao qual pertenciam. Um exemplo é o estudo de Sidney Chalhoub mostrando como os escravos no Brasil, no século XIX, tomaram decisões e elegeram estratégias. O caso da escrava Felicidade é revelador desse processo. Contrariada por ser vendida, decidiu cozinhar pessimamente, quando sua fama era a de ser excelente cozinheira. Ela tomou tal decisão. Mas diversos outros escravos citados no livro também fizeram o mesmo, realizando escolhas.² Eu mesmo na pesquisa sobre os trabalhadores na época de Vargas procurei demonstrar como eles também elegiam estratégias de vida.³

Atualmente, historiadores como Philippe Levillain avaliam que, embora homens e mulheres não devam ser explicados fora da sociedade que vivem, eles, por sua vez,

¹ Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Pesquisador I do CNPq e da FAPERJ. jorge-fer@uol.com.br

² CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³ FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

manifestam vontades e preferências que merecem explicações próprias.⁴ Giovanni Levi, por sua vez, defende que “nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, (...) de interpretação das regras ou de negociação”.⁵

Seja no trabalho de Chalhoub, seja no meu, trabalhamos com indivíduos. Mas indivíduos que pertenceram a uma coletividade e que partilhavam códigos culturais em comum, fossem eles escravos no século XIX, fossem trabalhadores na época de Vargas.

O trabalho do biógrafo, no entanto, tem um diferencial: é o registro de um único indivíduo. E no caso da biografia de João Goulart há ainda uma questão importante a ser considerada: tratou-se de um indivíduo que esteve em lugar estratégico nas instâncias decisórias de poder. Ele tomou decisões que alteraram a vida social brasileira. É evidente que João Goulart não estava apartado da sociedade em que vivia. Ele expressava tendências políticas de seu tempo. No entanto, ele teve as prerrogativas do poder e, por isso, a capacidade de tomar decisões que influenciaram o rumo dos acontecimentos.

Ao longo de sua vida pessoal e pública, o ex-presidente João Goulart, como qualquer outra pessoa, tomou muitas decisões. Quero, neste trabalho, explorar uma delas que foi crucial para os rumos da política brasileira.

* * *

No início de 1963, Leonel Brizola fundou a Frente de Mobilização Popular. Nela estavam reunidas o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) e setores das Ligas Camponesas. Estavam também o grupo de extrema-

⁴ LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In REMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da FGV, 1996, p. 168.

⁵ LEVI, G. Usos da biografia. In FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. *Usos e Abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 179-180.

esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que seguia a liderança de Leonel Brizola — os chamados nacional-revolucionários —, parlamentares do Grupo Compacto do PTB, a Frente Parlamentar Nacionalista e deputados da ala esquerda do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Social Progressista (PSP). Atuavam também a Ação Popular (AP) e o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) (POR-T), militantes dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e organizações de sargentos e fuzileiros navais. Nela igualmente participavam Miguel Arraes e seu grupo político.

O PCB, por sua vez, era a maior e mais importante organização marxista vinculada à tradição do socialismo soviético no Brasil. Assim, a partir de 1963, a FMP e o PCB formavam o que entendemos por esquerdas daquela época.⁶ Ambas as organizações exigiam que Goulart formasse um governo com seu exclusivo apoio e decretasse imediatamente as reformas de base.

Goulart, desde que assumiu a presidência da República, adotou a estratégia de unir no Congresso Nacional o seu partido, o PTB, com o Partido Social Democrático, o PSD. Com maioria de centro-esquerda no parlamento, Jango pensava em isolar a direita, representada pela União Democrática Nacional (UDN), e ainda aprovar as reformas a partir de acordos, pactos e compromissos entre pessedistas e trabalhistas. A esta estratégia presidencial, as lideranças da FMP e do PCB chamavam de “política de conciliação”. A “conciliação”, vale ressaltar, era com a “direita”, uma vez que ambas as organizações compreendiam o PSD como partido reacionário.

Em fins de 1963, o país vivia grave crise política e a conspiração das direitas avançava de maneira acelerada. Goulart enfrentava problemas de diversas ordens. O fracasso do Plano Trienal, a radicalização do PTB no Congresso Nacional recusando acordos com o PSD, a revolta dos sargentos em setembro, os ataques de Carlos Lacerda em outubro e, por fim, a sua derrota ao pedir a implantação do estado de Sítio levaram o presidente

⁶ Outras duas organizações merecem ser citadas: o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Organização Revolucionária Marxista que editava a revista *Política Operária*, conhecida como ORM-POLOP. Eram, no entanto, organizações muito pequenas, sem inserções significativas nos movimentos sociais.

ao isolamento político. Outro sério problema era a crise econômica: ao final de 1963, o PIB registraria 1% de crescimento e a inflação, 78%. O governo entrou em descrédito junto ao empresariado e a população sofria com o aumento dos preços, a recessão econômica e o desabastecimento de mercadorias.

Embora apoiasse o governo, o afastamento do PSD era crescente; as direitas, após o pedido do estado de Sítio, passaram a conspirar abertamente contra Goulart; as esquerdas, sobretudo as reunidas na FMP, decidiram pela oposição agressiva ao governo e ao presidente em particular. O isolamento de Jango era preocupante para a estabilidade do regime democrático.

O deputado trabalhista San Tiago Dantas era homem de grande prestígio nos meios políticos. Liderando um grupo de políticos moderados do PTB, do PSD e de outros partidos, ele propôs a formação da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base.⁷

A Frente Progressista, qualificada pelo próprio San Tiago Dantas de “esquerda positiva”, para diferenciá-la da “esquerda negativa”, referindo-se à Frente de Mobilização Popular de Leonel Brizola, procurava impedir o crescimento da conspiração da direita civil-militar reagrupando as forças de centro-esquerda no sentido de apoiar o governo.

San Tiago Dantas tinha razões para se preocupar. Por um aspecto, ele e o grupo de políticos que aderiu à Frente Progressista percebiam o isolamento do presidente; por outro, queriam sustar o processo de radicalização. Na formação da Frente, San Tiago Dantas buscou o apoio do PSD, do PCB, do PTB que não seguia a liderança de Brizola, do governador de Pernambuco Miguel Arraes e dos sindicalistas que não seguiam a linha do CGT.

No início de janeiro de 1964, San Tiago Dantas enviou sua proposta para os partidos políticos de centro e de esquerda no Congresso Nacional, para o PCB, a FMP e Miguel Arraes. “A formação de uma Frente Popular, ou Progressista”, afirmava

⁷ Sobre a Frente Progressista ver GOMES, A. de C. *Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas*. In idem (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994 e FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

Dantas no texto, “terá o objetivo de dar apoio e cooperação ao presidente João Goulart para levar adiante as reformas de base.” Para ele, era necessário “formar uma base política, com lastro da opinião pública e eficiência tanto no Congresso como fora dele, para sobre ela apoiar qualquer reforma do atual Ministério. Essa base resultaria de entendimentos entre as forças políticas sobre pontos programáticos e não sobre pessoas e resultaria da união forças de esquerda e do centro.” Algumas medidas eram sugeridas: reforma agrária e sindicalização rural; reforma bancária, tributária, universitária, administrativa e empresarial; adoção do voto dos analfabetos e dos praças e amplas prerrogativas de elegibilidade; monopólio do câmbio, do comércio do café, controle da remessa de lucros para o exterior, estímulos à exportação e abertura de mercados na América Latina e países socialistas; erradicação do analfabetismo, investimentos em ciência e tecnologia, política externa independente, solidariedade aos povos do Terceiro Mundo, entre outras medidas.⁸ A pauta sugerida por San Tiago Dantas não diferia das reformas de base defendidas por Goulart e pelas esquerdas. Dantas, no entanto, queria levar adiante as reformas com a formação de uma ampla coalizão de centro-esquerda que desse sustentação política ao governo no Congresso Nacional e isolasse o radicalismo de esquerda e de direita, garantindo, assim, a continuidade da legalidade democrática.

O conjunto de forças deveria garantir a preservação do calendário eleitoral, repudiar candidaturas reacionárias, recusar medidas excepcionais, como o *impeachment* do presidente ou o fechamento do Congresso Nacional, e unir as esquerdas moderadas. Os objetivos de San Tiago Dantas eram os de isolar a direita golpista e a esquerda radical, garantir a estabilidade do regime democrático, bem como realizar as reformas por vias pactuadas, unindo o centro e a esquerda moderada. É importante considerar que San Tiago Dantas não tinha ambições pessoais: convivia com um câncer em estágio muito avançado, vindo a falecer em 1965.

⁸ As propostas de San Tiago Dantas foram publicadas em *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 257, 24 a 30 jan. 1964, p. 8.

A proposta mais geral da Frente Progressista, portanto, era a defesa do regime liberal-democrático instituído pela Constituição de 1946 e a aprovação das reformas. San Tiago Dantas, desse modo, colocava as direitas golpistas e as esquerdas radicais em situação embaraçosa: a não adesão à Frente Progressista significava que apoiavam soluções antidemocráticas. Para Dantas, no mínimo, era necessário chegar às eleições presidenciais de 1965.

Goulart apoiou a iniciativa de Dantas e, pessoalmente, conversou com lideranças políticas sobre a formação da Frente Progressista. Miguel Arraes foi um dos primeiros líderes de esquerda convidado pelo presidente para entendimentos políticos. No dia 18 de janeiro de 1964, Arraes distribuiu nota à imprensa expressando sua posição sobre o convite para participar da Frente Progressista. Inicialmente, afirmou que os acordos deveriam ser sobre pontos programáticos, mas reafirmou a necessidade de que as alianças políticas deveriam ser efetivadas entre o presidente da República e as “forças populares”.⁹ Arraes, em sua nota, colocou a expressão *forças populares* entre aspas. Tratava-se, em linguagem cifrada, da Frente de Mobilização Popular. Desse modo, ele afirmou seu compromisso programático com as “forças populares”, cuja unidade deveria “ser preservada e fortalecida”. Portanto, seria muito difícil Arraes abandonar a FMP e participar de outra frente, a liderada por San Tiago Dantas.

Além disso, para Arraes, a aprovação das reformas de base exigia a superação de dois problemas. Um deles era a corrupção eleitoral. Segundo seu argumento, o presidente conhece “a ação corruptora do sistema econômico — resultante da aliança do imperialismo com o latifúndio — no processo eleitoral brasileiro e, conseqüentemente, na composição do Congresso Nacional”. Portanto, “o Congresso Nacional dificilmente poderia aprovar as reformas estruturais de que tanto necessita o povo brasileiro (...). Pela corrupção promovida pelo poder econômico, o povo brasileiro não está corretamente representado e a força dos capitais imperialistas é maior do que a força dos democratas e nacionalistas”. A alternativa era a mobilização popular nas ruas,

⁹ Todas as citações de Miguel Arraes que se seguem estão em *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 257, 24 a 30 jan. 1964, p. 3.

pressionando o Congresso Nacional a aprovar as reformas. Arraes, nesse sentido, partilhava dos mesmos argumentos de Leonel Brizola e da FMP: o Congresso era reacionário e não aprovaria as reformas, a não ser pela ação direta dos trabalhadores no espaço público, com greves, manifestações e passeatas. O outro problema para a implantação das reformas eram as “forças reacionárias” que exerciam cargos no governo federal. Tratava-se, para Arraes, de retirar os integrantes do PSD e outros partidos dos cargos do Executivo e substituí-los por pessoas comprometidas com as forças de esquerda. Para Arraes, “esse esforço saneador contra a corrupção e o entreguismo deve ser urgentemente multiplicado e estendido a todos os setores do Executivo Federal, em vários níveis, como um dos primeiros passos necessários à execução de qualquer programa de reformas de base e de emancipação nacional”. O presidente, nesse sentido, deveria “desmontar a máquina antinacional que há muitos anos se encontra instalada em vários de seus órgãos” para enfrentar as forças imperialistas que dominam o país. Arraes estava de acordo com outra reivindicação da FMP, reiterada várias vezes por Leonel Brizola: Jango deveria formar um governo exclusivo das esquerdas, excluindo o PSD.

Miguel Arraes, nesse sentido, estava muito próximo do programa e das estratégias da Frente de Mobilização Popular e do próprio Brizola. Pelas razões expostas em sua nota, muito dificilmente ele deixaria a FMP para participar da Frente Progressista.

A Frente de Mobilização Popular também se posicionou em relação à proposta de um amplo acordo para apoiar o governo e aprovar as reformas de base. No mesmo dia 18 de janeiro, publicou nota à imprensa. Inicialmente o texto afirmava:

A Frente de Mobilização Popular, depois de ouvir o governador Miguel Arraes e o deputado Leonel Brizola, que lhes transmitiram as conversações com o presidente João Goulart, manifesta a sua disposição de discutir com S. Exa. a crise nacional dependendo a evolução desse diálogo da mudança da política governamental num sentido popular e nacionalista. Confirmando as teses que temos sustentado em relação ao problema agrário e ao processo espoliativo, a Frente de Mobilização Popular

aponta algumas medidas – todas elas de exclusiva competência do Sr. Presidente da República.¹⁰

A seguir, a FMP exigia medidas como: monopólio estatal do câmbio e da exportação do café; rompimento das negociações para indenizar as empresas nacionalizadas por Brizola no Rio Grande do Sul; intervenção estatal no mercado de capitais; nacionalização da refinaria de Capuava, dos frigoríficos, moinhos, fábricas de leite em pó e empresas farmacêuticas estrangeiras; desapropriação de terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes construídos com recursos federais; anistia aos sargentos. Inicialmente, a FMP não se negou ao diálogo. Afinal, a proposta de San Tiago Dantas visava garantir o processo democrático e a aprovar as reformas. Contudo, logo a frente liderada por Leonel Brizola alteraria drasticamente sua posição política.

No mês seguinte, em fevereiro de 1964, Brizola e a Frente de Mobilização Popular abandonaram o tom moderado e tomaram a posição de repudiar a proposta de San Tiago Dantas. Em *Panfleto, o jornal do homem da rua*, órgão da FMP e porta-voz dos nacional-revolucionários liderados por Brizola, as críticas publicadas eram contundentes. Em editorial, a direção de *Panfleto* dizia reconhecer a “formidável capacidade de manobra e engodo” de San Tiago Dantas. Só assim era possível explicar sua proposta de

juntar, num mesmo esquema político, o que de mais autêntico apresenta o quadro político brasileiro – Brizola, Arrais, CGT, UNE, CTI, Organizações Camponesas, Sargentos e Oficiais Nacionalistas, comunistas brasileiros, Frente Parlamentar Nacionalista, Frente de Mobilização Popular – com as velhas raposas do PSD. Maior, se torna o absurdo dessa ‘coligação’, quando conhecido o objetivo: a realização das reformas.¹¹

O editorial endossava os argumentos de Leonel Brizola, falando em nome da FMP, de recusar participar da frente proposta por Dantas: “Justa, absolutamente justa, a posição da Frente de Mobilização Popular ante o aceno bastante duvidoso que lhe foi

¹⁰ *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 257, 24 a 30 jan. 1964, p. 3.

¹¹ *Panfleto, o jornal do homem da rua*. Rio de Janeiro, 17 fev. de 1964, p. 8.

feito". Desse modo, o presidente João Goulart deveria decidir qual frente escolher. Se escolhesse o apoio da FMP, garantiu o editorial, "o apoio das forças populares será total, incondicional, não terá preço e se manifestará por todas as maneiras, em praça pública e de armas nas mãos, se necessário. O que não faz sentido é que o Presidente João Goulart, com livre acesso às áreas populares, escolha tal intermediário [San Tiago Dantas]."¹²

O repúdio da Frente de Mobilização Popular a Dantas era tamanho que, na mesma edição, reportagem de Paulo Schilling levantou suspeitas de que ele, quando exercera o cargo de ministro da Fazenda de Goulart, teria prejudicado seriamente o país nos acordos com os Estados Unidos sobre a comercialização do trigo.¹³ Os ataques a Dantas passaram da questão política para a dimensão moral. Dantas, a seguir, processou *Panfleto* por calúnia.

Os ataques a San Tiago Dantes são compreensíveis. Ele tornou-se concorrente direto de Leonel Brizola, enquanto a Frente Progressista disputaria com a Frente de Mobilização Popular o apoio de Goulart. Se Jango optasse pelo apoio da Frente Progressista, Leonel Brizola e a FMP ficariam isolados politicamente. A estratégia da FMP, nessa altura, era a do confronto aberto. Brizola reagiu defendendo a formação da Frente Única de Esquerda que daria sustentação política a Goulart.

San Tiago Dantas não esperava outra posição da FMP. Mas certamente acreditava na possibilidade de obter o apoio político de Miguel Arraes — o que não ocorreu. O governador de Pernambuco preferiu manter seus compromissos políticos com a FMP. Restava a adesão do PCB à Frente Progressista. Afinal, tratava-se do grande partido de esquerda marxista.

No mesmo dia 18, os comunistas manifestaram-se sobre o programa proposto por San Tiago Dantas. Inicialmente, os dirigentes do PCB se mostraram céticos — muito próximos à posição tomada por Miguel Arraes:

as medidas sugeridas dependem da constituição de um governo que, pela sua composição política, represente

¹² Id.

¹³ *Ibid.*, p. 10-12.

autenticamente as forças interessadas nas reformas de estrutura. Julgamos indispensável, neste sentido, não apenas a mudança de alguns homens nos postos ministeriais, mas uma recomposição do sistema de forças que constitui o atual governo com a substituição dos setores distanciados das aspirações do povo por representantes das correntes políticas e sociais que estejam dispostas, no Parlamento e fora dele, a dar apoio a essa nova política.¹⁴

A seguir, o documento partidário passou a concordar com vários pontos da pauta programática de Dantas, a discordar de outros e a sugerir modificações em alguns deles. Diferentemente de Miguel Arraes, de Leonel Brizola e da FMP, os comunistas, embora um tanto céticos, abriram negociações sobre a possibilidade de integrar a Frente Progressista.

Em março, Luiz Carlos Prestes, em texto publicado em *Novos Rumos*, manifestou-se sobre a formação da Frente Progressista. Sem negar entendimentos com San Tiago Dantas, Prestes disse que, em termos programáticos, o PCB estava muito próximo das teses defendidas pela FMP. Desse modo, para integrar a frente, os comunistas citaram uma série de exigências de cunho reformista, a maioria repetindo a pauta da FMP. Mas outras exigências foram arroladas por Prestes, como reforma agrária sem indenizações, a suspensão da remessa de lucros para o exterior e os pagamentos das dívidas com credores externos, a participação dos sindicatos na indicação de diretores das empresas estatais, a revogação de artigos da Lei de Segurança Nacional, a legalização do PCB.¹⁵ Muitas das exigências de Luiz Carlos Prestes implicavam modificações na Constituição, o que dependia do Congresso Nacional — e não apenas da vontade de Goulart. As reivindicações de Prestes, na prática, inviabilizavam a participação do PCB na Frente Progressista.

Por mais que se esforçasse, San Tiago Dantas não conseguiu atrair o PCB e o grupo político de Miguel Arraes para compor aliança com o PSD e com os setores do PTB que não reconheciam a liderança de Brizola. O PCB, embora inicialmente

¹⁴ *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 257, 24 a 30 jan. 1964, p. 8.

¹⁵ *Ibid.*, n. 262, 6 a 12 mar. 1964, p. 3.

estivesse aberto a negociações, mais adiante abandonou tal possibilidade. O grupo de sindicalistas comunistas não aceitava qualquer moderação em termos políticos. O PSD, alegaram eles, deveria ser excluído da Frente, como também o presidente deveria tomar medidas imediatas no sentido das reformas.

Para os comunistas, o grande problema era o PSD, visto como partido de direita e reacionário. Em dezembro de 1963, antes ainda dos debates sobre a Frente Progressista, *Novos Rumos*, criticou duramente Goulart:

Os fatos se encarregam de provar, da maneira mais eloqüente, que a política até agora seguida pelo Sr. João Goulart, conciliando com as forças do imperialismo e do latifúndio, não atende aos interesses de nosso povo, cujos problemas fundamentais não são resolvidos. (...) Como esperar reformas de base, soluções para os problemas do povo, de um governo que é produto da aliança com a cúpula retrógrada do PSD?¹⁶

Ataques à estratégia de Goulart de governar aliando o PTB ao PSD eram comuns nas páginas de *Novos Rumos*. O PSD era interpretado como partido a serviço do latifúndio e do imperialismo, e daí o repúdio que recebia dos comunistas. A Frente de Mobilização Popular igualmente criticava Goulart por sua insistência na aliança dos trabalhistas com os pessedistas. Em editorial, *Panfleto* afirmou:

Preso a um esquema de conciliação, mobilizando tudo, desde a habilidade política até a 'fisiologia' mais desenfreada, o Presidente da República não quis entender que é impossível conciliar um PSD decadente e esclerosado com as impetuosas forças de vanguarda que surgem no cenário do país.¹⁷

Para o PCB e para a FMP, o problema para integrarem a Frente Progressista não era de ordem programática. Nessa questão, eles poderiam alcançar acordos sem grandes

¹⁶ *Ibid.*, n. 251, 13 a 19 dez. 1963, p. 1.

¹⁷ *Panfleto, o jornal do homem da rua*. Rio de Janeiro, n. 5, 16 mar. 1964, p. 8.

dificuldades. O problema maior era a participação do próprio PSD na frente.

* * *

A situação política de João Goulart era muito difícil. Sua estratégia de aliar o PTB ao PSD no Congresso Nacional e, por meio de acordos e compromissos, realizar as reformas de base não fora bem sucedida. O PTB, sobretudo a sua ala radical, bem como o conjunto das esquerdas, recusava negociações com os pessedistas. O PSD, temeroso com o radicalismo das esquerdas, aproximava-se cada vez mais da UDN.

Mas Goulart tinha opções. Uma delas seria a de nada fazer até o final de seu governo, deixando o país afundar no total descontrole monetário e financeiro, desmoralizando o projeto reformista e a si mesmo.

Outra opção implicaria apoiar a Frente Progressista de San Tiago Dantas, mesmo que sem a participação do PCB e de Miguel Arraes. Nesse caso, Goulart teria forte sustentação no Congresso Nacional. Com a aliança entre o PSD e o PTB moderado, junto a partidos menores, com um programa político de manutenção das instituições democráticas e de reformas negociadas, não haveria razões ou fundamentos para golpes de Estado. Goulart, por esta opção, se afastaria da FMP, do PCB, do movimento sindical, de Leonel Brizola e de Miguel Arraes. A opção de Goulart pela Frente Progressista implicaria isolar os radicais de direita e de esquerda, governando com uma forte coligação de centro-esquerda moderada. Os anticomunistas ficariam sem argumentos contra o seu governo. A campanha que alardeava o perigo comunista para o país perderia a razão de ser.

A terceira opção era aliar-se à FMP, ao PCB, ao movimento sindical, a Leonel Brizola e a Miguel Arraes, acreditar na força que eles diziam dispor e governar apenas com as esquerdas. Por esta proposta, Goulart desautorizaria San Tiago Dantas a negociar a formação da Frente Progressista e romperia com o PSD e demais partidos de centro. No governo estariam representantes das esquerdas e do movimento sindical. Sem base parlamentar de apoio no Congresso Nacional, a estratégia adotada seria a de realizar vários comícios, a começar pelo da Central da Brasil em 13 de março, culminando com uma greve geral no dia 1º maio, pressionando, assim, o Congresso Nacional a aprovar as reformas de base nas ruas.

Goulart, portanto, tinha, ao menos, duas opções de frentes políticas para a sustentação de seu governo. Segundo Angela de Castro Gomes, “uma ‘esquerda moderada’ que defina o escopo das reformas de forma conciliatória para assegurar a manutenção da ordem constitucional e uma ‘esquerda radical’, que aprofundava as demandas por reformas, não aceitando os limites impostos por outros partidos ou pela Constituição”.¹⁸

Goulart preferiu esta última opção. O comício de 13 de março selou a aliança do presidente com a FMP, o PCB e o CGT. Goulart aderiu à Frente Única de Esquerda sugerida por Leonel Brizola, abortando a Frente Progressista proposta por San Tiago Dantas.

A decisão de Goulart repercutiu de maneira positiva entre as esquerdas, ganhando o seu apoio político — embora diversos grupos na FMP ainda manifestassem desconfianças do presidente. O líder comunista Luiz Carlos Prestes, em discurso na Associação Brasileira de Imprensa, em 17 de março, comentou a situação política do país. Prestes falou sobre as negociações para a formação da Frente Progressista. Segundo seu relato, os comunistas foram

procurados pelo coordenador político do presidente Goulart com o objetivo de organizar uma frente ampla, desde os comunistas até aos setores progressistas dos demais partidos políticos, para então, apoiado nesta frente, constituir-se um governo capaz de iniciar e levar adiante as reformas. (...) Mostramos que, para fazer avançar esse processo da unidade, para chegarmos realmente à unidade das amplas forças patrióticas e democráticas, o que era necessário era levar as massas à rua, fazer grandes demonstrações para que o povo vá para a rua para fazer publicamente o que quer, o que deseja, quais são as suas aspirações.¹⁹

Prestes afirmou que, no quadro político brasileiro, existia uma frente que poderia sustentar um governo exclusivo das esquerdas:

¹⁸ GOMES, A. de C. Op. cit., p. 152.

¹⁹ *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 264, 20-26 mar. 1964, p. 3. As citações de Prestes que se seguem são da mesma fonte.

a Frente de Mobilização Popular que agrupa as forças mais consequentes da frente única, da classe operária até aos militares patriotas, a intelectualidade, os camponeses, os estudantes. A FMP constitui como que um núcleo dessas forças mais consequentes e é possível que em torno dela, ampliando-a, outras forças se agrupem. (...) O presidente Goulart começa a compreender que (...) sua política de conciliação, a sua preocupação de manter no governo representantes da cúpula reacionária do PSD, visando a ter maioria no Congresso não leva a nada de positivo, porque essa maioria não lhe assegura nenhuma reforma. (...) Precisamos de um governo apoiado na frente única, um governo constituído pelos dirigentes políticos dessa frente única, por homens que possam inspirar confiança ao povo, um governo completamente desvinculado do entreguismo, do setor reacionário do PSD, em particular.

Prestes ainda ressaltou a importância do comício da Central do Brasil no processo de enfrentamento entre direitas e esquerdas:

O comício determinou um aguçamento da contradição entre as forças patrióticas e democráticas, que estão com o presidente Goulart nas posições que assumiu, e as forças reacionárias e entreguistas que, efetivamente, tendem a unir-se. Estamos, portanto, diante de um processo de polarização de forças, e o presidente Goulart, que se apoiou nas massas para tomar essa atitude diante da unificação das forças reacionárias, do desespero que será crescente dos reacionários, mais do que nunca necessitará do apoio do povo, do apoio popular para poder enfrentar a reação. (...) A significação política desse comício será verificada na prática dos próximos meses, talvez mesmo das próximas semanas ou dos próximos dias. (...) Naquele comício, o povo, os trabalhadores, os patriotas e democratas unidos em ação vieram à rua para (...) perguntar ao presidente da República se está disposto a colocar-se à frente do processo democrático e revolucionário que avança.

Conforme Prestes fez referências em seu discurso, após a o comício da Central do Brasil, a Frente de Mobilização Popular, com o apoio do PCB, tornou-se a base de apoio político de Goulart. O jornal da FMP, *Panfleto*, chegou às bancas com data

de 23 de março. Naquela edição, o secretário-geral da Frente, Neiva Moreira, alegou que, passada a euforia com o comício de 13 de março, era necessário que Jango formasse um novo ministério. “O que se impõe é a ação rápida e ofensiva. Ora, o programa da Frente Nacionalista, condensado recentemente em nota da Frente de Mobilização Popular, tem tudo ou quase tudo o que se quer e precisa fazer. É só nomear os ministros do Governo Popular e começar a ofensiva geral em todas as frentes.”²⁰

A escolha de Goulart foi decisiva para os rumos políticos do país. A bibliografia especializada converge no sentido de que o comício da Central do Brasil unificou as direitas para desfechar o golpe. Mas não foi a realização do comício em si que motivou as direitas, mas, sim, o que o evento significou: a formação de um governo exclusivo das esquerdas e a aliança do presidente com elas. Segundo Argelina Figueiredo, tal opção permitiu que os grupos legalistas de oposição ao seu governo passassem a alimentar suspeitas sobre suas verdadeiras intenções, cedendo aos apelos dos setores da direita golpista que viam, assim, reduzir os custos de romperem com as regras democráticas.²¹ Rodrigo Patto Sá Motta, de maneira similar, defende que “o comício da Central provocou a consolidação das mobilizações anticomunistas e antiGoulart, cujo movimento convergente se completou. Setores sociais importantes, que até então se mantinham em expectativa, alguns inclusive simpáticos à pregação reformista, alinharam-se ao lado da direita e dos conservadores, sob a bandeira do anticomunismo”.²²

Mas por que Goulart tomou tal decisão? Seu estilo de fazer política não era o do confronto, o da exclusão e o do enfrentamento. Ao contrário, Jango era um hábil negociador, um político que agregava, disposto a implementar acordos, pactos e compromissos. Goulart não tinha o estilo de impor a sua vontade, mas de chegar a compromissos por meio de negociações. Nesse sentido, a Frente Progressista de San Tiago Dantas era uma organização muito mais de acordo com seu estilo de fazer política. Além disso, a Frente Única de Esquerda proposta por

²⁰ *Panfleto, o jornal do homem da rua*. Rio de Janeiro, n. 6, 23 mar. 1964, p. 6.

²¹ FIGUEIREDO, A. C. Op. cit., p. 169.

²² MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, p. 264.

Brizola destoava do temperamento de Goulart. O confronto com o Congresso Nacional, a exclusão dos partidos de centro, como o PSD, o palavreado radical contra o capitalismo e o imperialismo não estavam de acordo com sua forma de fazer política.

Tenho, inclusive, dúvidas se Goulart, realmente, acreditava no êxito de sua opção: a formação de um governo exclusivo das esquerdas e uma política de confronto com as forças políticas de centro e de direita. O que, então, levou Goulart a optar pela Frente Única de Esquerda?

Não tenho respostas prontas, mas apenas algumas indicações. Para Jango, interessava que a Frente Progressista tivesse referências à esquerda. O PCB, por exemplo, seria seu maior lastro. No entanto, mesmo com a ausência dos comunistas, ao menos um nome de grande prestígio entre as esquerdas deveria estar presente, como Miguel Arraes. Mas ele, no entanto, preferiu não aderir. Desse modo, sem referências importantes à esquerda, o regente da Frente Progressista seria o PSD. Eram os pessedistas que dariam a tônica ao governo. Goulart, desse modo, ficaria refém do PSD e as reformas seriam limitadas por ele — nesse caso, bastante limitadas.

Além disso, o presidente teria que romper com as esquerdas e com o movimento sindical em definitivo. Jango abriria mão de seu lugar na política brasileira como líder reformista. Brizola cresceria politicamente entre as esquerdas com a abdicação de Goulart. Aderir à Frente Progressista poderia garantir o processo democrático, mas Jango iria subordinar-se aos limites impostos às reformas pelo PSD e afastar-se, definitivamente, das esquerdas e do movimento sindical. Se ao menos o PCB ou Arraes estivessem presentes, muito possivelmente a decisão de Goulart teria sido outra.

Jango, nesse sentido, preferiu aliar-se às esquerdas, acreditar nas forças que elas diziam dispor, e, embora contrariando o seu estilo, partir para a radicalização, o embate e o confronto. Esta foi a sua opção. O presidente acreditou — ou disse acreditar — nas forças que as esquerdas diziam ter.

Em resumo, Goulart tinha escolhas. A opção pela Frente Progressista afastaria o presidente das esquerdas e desarmaria a campanha anticomunista em andamento. Com forte base parlamentar, Jango certamente terminaria seu mandato, embora as reformas de base não fossem aprovadas da maneira que ele queria. A outra escolha foi pela formação do governo exclusivo

das esquerdas apostando no confronto político, mas alimentando os argumentos dos anticomunistas e alarmando os liberais que ainda apostavam na legalidade.

O episódio exemplifica uma das grandes dificuldades de realizar uma biografia, segundo Jean-René Pendaries: articular dois registros, o da trajetória do indivíduo e a história da sociedade da qual ele pertence.²³

Outra dificuldade é compreender que indivíduos, partidos políticos, movimentos sociais, instituições, entre outros, realizam escolhas e implementam opções. Nada está previamente determinado por forças exógenas à própria sociedade. Se, atualmente, a idéia de que a sociedade é um sistema fechado, acima dos indivíduos e com poder de auto-regulação, dominando as iniciativas e as crenças das pessoas, é bastante criticada, também é a noção de que sociedade é um agregado de indivíduos. Na relação entre indivíduo e sociedade, mais interessante, diz Christopher Lloyd, é perceber que, se a última é estruturada por regras, papéis e significados, ela se reproduz e se transforma com a ação dos indivíduos. Embora o ator histórico não deva ser visto como o agente modelador do mundo, fora da sociedade e da própria história, tanto no início quanto no final do raciocínio ele deve estar presente.²⁴

Finalmente, outra questão importante é sugerida por Adam Przeworski. Para ele, as relações sociais devem ser “tratadas como estruturas de escolhas disponíveis aos agentes, e não como fontes de padrões que são internalizados e expressados em atos”. As relações sociais constituem as estruturas nas quais “os agentes, individuais e coletivos, deliberam sobre objetivos, percebem, avaliam alternativas e selecionam linhas de ação”.

²³ PENDARIES, J. Approche biographique et approche structurelle: quelques remarques sur le ‘retour du biographique’ en sociologie. In *L’Homme et la société, État et société civile*. Paris, L’Harmattan, n. 4, 1991, p. 53. Outra questão, também problemática segundo Giovanni Levi, é “a relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade, ou ainda entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada”. LEVI, G. Op. cit., p. 179.

²⁴ LLOYD, C. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 65-149.

Embora as relações sociais ofereçam uma estrutura de alternativas em que os atores sociais fazem suas opções, como Jango fez, as opções tomadas podem “alterar as relações sociais”. Tais relações sociais “não são independentes das ações humanas”²⁵.

É com essas reflexões que compreendo a escolha feita por Goulart no início de 1964 e as conseqüências políticas que resultaram da opção que fez.

²⁵ PZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 118.

HISTORY AND BIOGRAPHY: THE JOÃO GOULART'S CHOICES

ABSTRACT

The article aims to discuss, in terms of methodology, the biographical work developed by historians nowadays. The main question concerns the relations between individual and collectivity, and biography and history. Overall, the article proposes a reflection on individual decisions which are able to influence the course of events. The example taken is the choice made by the ex- President João Goulart, in the beginning of 1964, divided into having the political help of the Progressive Front in support of basic reforms, proposed by San Tiago Dantas, and the People's Mobilization Front, led by Leonel Brizola, with the support of the Brazilian Communist Party. The decision taken by the President by one of the political groups was decisive for the actions done by several social actors.

KEYWORDS

History and biography. Individual and history. João Goulart. Political crisis of 1964.



Edgard Leuenroth [S.l.] 13 set. 1957.
(Acervo Família Leuenroth; Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas,
São Paulo, foto reproduzida n. 22.)